

# A semântica lexical

Antonio Vicente Seraphim Pietroforte  
Ivã Carlos Lopes

Conta-se que um determinado professor explicava o conceito saussuriano de *signo* escrevendo, com uma das mãos, no quadro negro, a palavra “nariz” e apontando, com a outra, para o seu próprio nariz. Ensinava que a palavra escrita é o *significante* e o órgão para o qual apontava, o *significado*. Recolhida durante uma aula, essa história é engraçada porque mostra um equívoco a respeito do ponto de vista saussuriano, pois a personagem do relato propaga um conceito de língua há algum tempo colocado sob suspeita por muitas correntes da ciência da linguagem.

O signo é uma relação entre um *significante* e um *significado*, e não entre uma palavra e uma coisa, como entendeu o professor acima mencionado. Ao apontar para seu nariz e para a palavra escrita no quadro negro, ele entendeu, erroneamente, que *significante* é o mesmo que “palavra” e, *significado*, o mesmo que “coisa”. Saussure, no entanto, não diz isso. Ao definir uma relação entre um *significante*, a imagem acústica do *signo*, e um *significado*, o seu conceito, o sentido do signo deixa de depender de um referente fora da língua, como é o caso do nariz, e passa a ser determinado por uma relação entre duas grandezas lingüísticas: uma imagem acústica, de ordem fonológica, e um conceito, de ordem semântica.

A idéia de que o significado é a coisa é bastante antiga. Na mitologia judaico-cristã ela aparece logo depois da cena da criação:

Javé Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só, vou fazer-lhe um auxiliar que lhe convenha". Javé Deus plasmou do solo todos os animais e todas as aves do céu. Conduziu-os à presença do homem, para ver que nome lhes daria: todo ser teria o nome que o homem lhe desse. E o homem deu nome a todos os animais domésticos, às aves do céu e a todos os animais do campo.

(Gên, II, 18-20)

Nessa passagem, a relação estabelecida é entre nomes e coisas, ou seja, entre os nomes dos animais e seus referentes, apresentados diretamente ao homem por seu criador. Séculos depois, o Satã do poeta inglês Milton, em seu *Paraíso perdido*, tem um ponto de vista diferente. Ao cair no inferno, declama o anjo rebelde:

Adeus, felizes campos, onde mora  
Nunca interrupta paz, júbilo eterno!  
Salve, perene horror! Inferno, salve!  
Recebe o novo rei cujo intelecto  
Mudar não podem tempos, nem lugares:  
Nesse intelecto seu, todo ele existe;  
Nesse intelecto seu, ele até pode  
Do Inferno Céu fazer, do Céu Inferno.

Milton – *O paraíso perdido*. (s. d.) São Paulo, Edigraf, p. 15.

Para Satã, tanto o *inferno* quanto o *céu* são definidos no discurso que ele, em seu intelecto, é capaz de articular. Os conceitos de ambos os signos, portanto, são determinados pelo discurso, e não por meio de um referente externo à linguagem dado previamente, como ocorre no capítulo citado do Gênesis, em que o homem dá nome aos animais. Sem uma referência fora da língua, cabe ao discurso determinar os conceitos de *céu* e o de *inferno* e, por isso um pode ser tomado pelo outro, dependendo do ponto de vista.

A fim de formar uma primeira idéia da distinção entre essa tradicional concepção de linguagem-nomenclatura e a perspectiva saussuriana, que data do início do século XX, precisamos de algumas noções elementares a seu respeito. Uma e outra concepção dão origem a modos contrastantes de edificar a semântica.

## 1. Concepções de linguagem, signo, sentido

Um trecho de um conhecido poema de João Cabral de Melo Neto, "Paisagem do Capibaribe", vai nos ajudar a introduzir questões de ampla abrangência acerca das concepções de linguagem nos estudos da lingüística e campos afins.

[...]  
Na paisagem do rio  
difícil é saber

onde começa o rio;  
 onde a lama  
 começa do rio;  
 onde a Terra  
 começa da lama;  
 onde o homem,  
 onde a pele  
 começa da lama;  
 onde começa o homem  
 naquele homem.

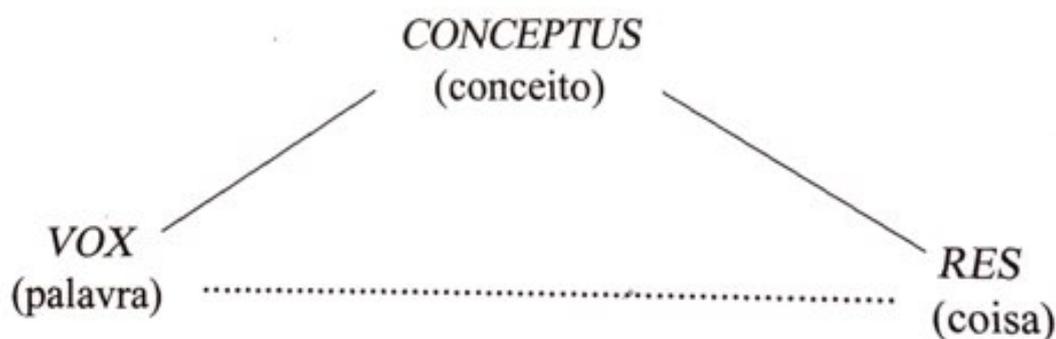
Difícil é saber  
 se aquele homem  
 já não está  
 mais aquém do homem;  
 mais aquém do homem  
 ao menos capaz de roer  
 os ossos do ofício;  
 capaz de sangrar  
 na praça;  
 capaz de gritar  
 se a moenda lhe mastiga o braço;  
 capaz  
 de ter a vida mastigada  
 e não apenas  
 dissolvida  
 (naquela água macia  
 que amolece seus ossos  
 como amoleceu as pedras).

João Cabral de Melo Neto – *O cão sem plumas*, “Paisagem do Capibaribe, II”.  
 In: *Serial e antes*. (1997) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 79-80.

A par da contundente denúncia de condições de vida e trabalho aviltantes de populações situadas num tempo (anos 1940) e num espaço (Pernambuco) determinados, esse trecho traz um questionamento sobre os limites entre as coisas postas em cena: onde a fronteira entre o rio e a lama? Entre a lama e a terra, entre a terra e o homem?... Esse recuo para aquém do evidente, essa problematização daquilo que parecia ponto pacífico – traço marcante do refletir – pode ser encarado, nesse caso, como algo mais do que a mera caracterização de uma certa terra e uma certa gente. Aponta para uma discussão decisiva nos estudos da linguagem e que formularemos nos seguintes termos: devemos tomar a segmentação do mundo em classes como qualquer coisa da ordem do “já dado” ou do “construído”? Em outras palavras, seria a estruturação do mundo em categorias algo previamente constituído nas próprias coisas ou dependeria ela das diferentes maneiras de olhar para o mundo? Se aderirmos à primeira hipótese, levantaremos uma teoria escorada no referente externo à linguagem, ou seja, nas “próprias coisas”, supondo portanto que o homem tem acesso direto a elas, independentemente de quaisquer filtros interpostos pela sua inserção sócio-histórica ou cultural. Para essa visão, as

línguas naturais seriam como que nomenclaturas apensas às coisas de um mundo preliminarmente discretizado, recortado. A segunda dessas hipóteses nos leva, ao contrário, a uma teoria da linguagem que privilegia os diferentes modos de mirar as coisas, concedendo prioridade ao ponto de vista, não ao objeto. Isso implica, por exemplo, que dois observadores pertencentes a comunidades lingüísticas distintas não vêem nunca exatamente o mesmo mundo. Sendo a semântica o estudo sistemático do *sentido* nas línguas naturais, cada uma dessas maneiras de construir a teoria da linguagem resultará numa semântica peculiar.

Último capítulo a integrar a história da lingüística no Ocidente, a semântica, cujos desenvolvimentos mais notáveis são obra do século XX, assumiu diferentes faces na dependência das tradições a que se filia esta ou aquela de suas tendências. A questão do significado daquilo que se diz constituiu uma interrogação permanente dos estudos sobre a linguagem desde seus primórdios. Essa reflexão pode ser vista historicamente sob a forma de oscilações entre os três vértices de um triângulo assim constituído (Rastier, 1990: 7):



Um dos destacados comentadores de Aristóteles durante a Idade Média, São Tomás de Aquino, assim se manifestava sobre esse problema: “As palavras são os signos dos pensamentos, e os pensamentos, similitudes das coisas. [...] as palavras referem-se às coisas designadas mediante os conceitos” (*Suma teológica, apud Rastier, 1990: 7*). Considerações semelhantes pontuam a história dos estudos ocidentais sobre a linguagem, o signo e o sentido, e contam também com seus adeptos em nossos dias. Há hoje toda uma semântica do referente, desenvolvida na esteira de nomes como Carnap e Frege, na qual se reconhece a herança da tradição lógico-gramatical dominante no mundo ocidental, desde os antigos gregos, passando pela escolástica na Idade Média, pela lógica de Port-Royal na Idade Moderna e por seus inúmeros desdobramentos nos séculos XVIII e XIX. Nessa concepção, os estudiosos sempre acreditaram, com alguma variação terminológica de um autor para outro, que as palavras remetem aos conceitos e que estes, por sua vez, representam as coisas. Uma outra vertente, tributária por sua vez da não menos ilustre herança retórico-hermenêutica, pode ser caracterizada como um ponto de vista que, em vez das relações linguagem-coisas, prefere examinar o que se passa entre o fazer persuasivo de um locutor e o fazer interpretativo de um interlocutor; já não se trata das relações linguagem-coisas ou linguagem-mundo, e sim das relações entre o que se diz e como se diz, ou, em termos mais modernos, entre

significantes e significados. A lingüística inaugurada ao raiar do século XX no *Curso* de Saussure liga-se muito mais profundamente à segunda dessas tradições, a que estamos chamando, com François Rastier, de tradição retórico-hermenêutica. A expressão é por certo muito ampla, mas diz respeito à postulação de um estudo da linguagem humana orientado pelo que se passa em seu interior, e não numa instância qualquer situada fora dela.

De fato, fazer das coisas do mundo a pedra angular da semântica, tal como é o caso na tradição lógica, é instaurar a semântica com base em certos pressupostos filosóficos. Se as expressões das línguas humanas apontam para conceitos situados fora delas e concebidos como independentes desta ou daquela língua natural, isso quer dizer que tais conceitos são universais, logo imutáveis para todo e qualquer ser humano, pouco importando em que cultura este tenha nascido e sido criado. Além disso, se os conceitos, por sua vez, são garantidos pelas coisas do mundo, também chamadas de referentes, é preciso então assumir que o mundo é o mesmo para todos. Nesse raciocínio, diz Rastier, “as palavras teriam um sentido porque as coisas têm um ser (como afirma Aristóteles em sua *Metafísica*)” (Rastier s/d: 18). Essa concepção da linguagem nos levaria, assim, a admitir que, só havendo um mundo “real”, a verdade, que é garantida por esse mundo, é conseqüentemente uma coisa única. Eis a principal razão, prossegue o lingüista, pela qual a semântica do referente não costuma trabalhar com essas “porções de significados”, com esses “fragmentos” de coisas que são os semas da semântica componencial – a noção de sema será definida adiante, no item “Semântica e léxico” –: a semântica do referente trabalha, no fundo, com essências. Encarada como essência, a coisa não admite cisão. No triângulo acima reproduzido, aquele vértice *Res* significa, em última análise, o *Ser*. Se o sentido do que dizemos é fundamentado no próprio ser e se o verdadeiro ser só pode ser visto como *uno* – tendo em vista que, se fosse múltiplo, estaria colocada a questão de saber qual deles seria o real –, então o problema da interpretação pode ficar relegado a segundo plano ou até mesmo negligenciado. Qualquer um tem o direito, entretanto, de questionar essa idéia de unicidade necessária.

A tradição retórico-interpretativa, por seu turno, prefere transferir o eixo da produção do sentido para o que se passa, não entre linguagem humana e mundo, mas sim “de homens para homens”, ou seja, prefere enxergar a produção do sentido como fenômeno humano, de uma ponta a outra. Diante daquele triângulo a que acabamos de aludir (palavra-conceito-coisa), ela faz suas próprias escolhas, carregadas de conseqüências: (i) põe entre parênteses o pólo do referente, evitando decidir sobre a natureza última do real, problema que lhe aparece como desprovido de pertinência para a compreensão do sentido e, mais ainda, como uma aderência *metafísica*, que a teoria da linguagem pode abandonar sem hesitação; (ii) concebe de outra maneira o pólo do conceito e, por conseguinte, (iii) também o vértice da “palavra” é interpretado de modo diverso daquele da tradição lógica. Contra a idéia de que as coisas do mundo seriam as mesmas para todo observador e de que

já viriam previamente discretizadas, bastando às línguas naturais colar-lhes rótulos designativos, insurgiu-se Saussure, na virada entre os séculos XIX e XX. O vértice do “conceito” será visto de preferência, a partir de seus ensinamentos, como o que ele denomina “significado”, em ligação com o vértice da “palavra”, posição ocupada pela idéia saussuriana de “significante”. A distinção mais relevante entre o tradicional “conceito” e o “significado” saussuriano reside no caráter específico e relacional deste último: ao contrário dos “conceitos” da tradição lógica, encarados como universais, os “significados” saussurianos (i) só valem, a rigor, no interior de uma determinada língua, e (ii) só se definem na sua relação com os seus significantes, por um lado, e com os demais significados de sua classe, por outro. Ora, tanto significado quanto significante fazem parte da linguagem humana: são as duas faces do signo lingüístico, tal como essa noção se define no *Curso*. Uma das características do signo freqüentemente evocadas pela lingüística de filiação saussuriana é o fato de as diversas línguas naturais estabelecerem, cada qual para uso próprio, diferentes estruturações do “mundo” por elas concebido. Por isso, nessa perspectiva, tanto o pólo da “palavra” quanto o do “conceito” são variáveis segundo a inserção sócio-histórica das expressões que estejam em pauta; consequência disso, entre outras, é ter de admitir que não existem jamais traduções exatas entre duas línguas.

Ilustrando: em 1973, o grupo de rock britânico Pink Floyd gravou um dos discos mais célebres da sua longa carreira, intitulado *The dark side of the moon*. A capa mostrava, contra um fundo negro, um raio de luz branca que vinha do lado esquerdo, atravessava, no centro do quadro, um prisma e saía decomposto, à direita, nas cores do arco-íris. Entre nós, brasileiros, só quem deteve um pouco o olhar se deu conta de que o espectro à direita do prisma compreendia seis cores, em vez das sete que esperaríamos. A razão muito simples para isso é que, em inglês, o arco-íris de fato só conta com seis cores: na região superior do espectro, onde temos em português o *roxo* e o *anilado*, a língua inglesa junta tudo em um só *purple*. Na língua bassa, falada na Libéria, o mesmo conjunto do arco-íris se divide em não mais que duas faixas, uma compreendendo o que conhecemos como cores “frias” e outra, as cores “quentes”. Ninguém imaginaria tratar-se de diferenças nos fenômenos naturais observados, nem tampouco na acuidade visual de uns e outros povos. A estruturação do mundo em classes, ou seja, a maneira de ver é que varia, de uma cultura para outra, sem que se possa apontar quem é que está com a razão nessa história.

Outra mudança de perspectiva relevante, trazida pelo olhar não-referencialista, é na concepção de “verdade”: já não se trata de invocar, como garantia final da verdade, o “mundo real” idêntico para todos, mas sim de admitir que a verdade é sempre uma construção dos homens e que por isso é necessário acolher seu caráter múltiplo, problemático, variável em função dos pontos de vista humanos. Alguma garantia de verdade, quando se admita, será decorrente não de uma obje-

tividade invariável e absoluta, mas de uma assunção intersubjetiva, que é por vocação algo mais cambiante, mais instável e sujeito a controvérsias. Todo consenso é provisório. Dito isso, é necessário ressaltar, a bem da justiça, que foi a existência de uma antiga tradição presa ao referente, nos estudos da linguagem, que tornou possível a emergência de um ponto de vista não-referencialista; se este ocupa algum lugar nos estudos da linguagem hoje, isso de certa forma deve ser creditado àquela, contra a qual ele pôde se erguer.

O lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev, em uma das páginas mais belas da lingüística, formula assim a idéia de que o sentido emana da linguagem:

A linguagem - a fala humana - é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. Mas é também o recurso último e indispensável do homem, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta com a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador. Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam a nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana aos momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento; para o indivíduo, ela é o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas.

(Hjelmslev, 1975: 1-2)

Com essas considerações, Hjelmslev contraria a opinião comum de que há um mundo objetivo, dotado de referentes e de acontecimentos, que são refletidos pela linguagem. Para ele, na mesma linha de pensamento de Saussure, dá-se justamente o contrário. Já que a linguagem está presente em todas as atividades humanas, é possível indagar se ela pode ser considerada como fonte, e não como um reflexo dessas "coisas". É em torno dessa indagação que afirmamos há pouco que o ponto de vista contrário, das coisas para a linguagem, é posto sob suspeita.

Não se quer dizer com isso que o mundo físico não exista fora da linguagem. Simplesmente, segundo a concepção não-referencialista, ao estudioso da linguagem não compete pronunciar-se sobre a verdade ou falsidade absolutas, assim como ele deve abster-se de tentar explicar por que é que existe alguma coisa, em vez de coisa alguma. Saussure, Hjelmslev e aqueles que compartilham sua visão sobre a linguagem não se referem ao mundo físico em suas considerações, mas ao mundo de sentido construído pelo homem. Para eles, não é pertinente, portanto, estudar o mundo material, mas estudar como as línguas o interpretam e categori-

zam, atribuindo-lhe sentido. Eis um ponto de partida para uma semântica lingüística, preocupada com a unidade e diversidade dos sentidos nas línguas naturais, e não mais subordinada às categorias ditadas por alguma instância hierarquicamente superior (o Real, o Pensamento, o Cérebro, etc.). A semântica assim concebida será menos ligada às noções lógicas e mais próxima de muitas questões oriundas da herança retórica, mas num enfoque renovado.

## 2. Semântica e léxico: lexemas e destinos de lexemas

A intuição de que os dois planos da linguagem, o plano da expressão (significantes) e o do conteúdo (significados), podem ser descritos pelos mesmos princípios, permitiu aos lingüistas efetuar uma transposição dos métodos já aplicados com êxito à descrição dos fonemas às unidades do conteúdo. A fonologia já descrevera as unidades do plano da expressão seguindo um procedimento metódico de decompô-las em seus traços distintivos. Dessa maneira pode-se organizar o sistema fonológico de uma língua, evidenciando suas classes internas. O conjunto das consoantes oclusivas orais do português, por exemplo, está distribuído como se vê abaixo:

	Oral	Oclusivo	Bilabial	Dental	Velar	Vozeado
/p/	+	+	+	-	-	-
/t/	+	+	-	+	-	-
/k/	+	+	-	-	+	-
/b/	+	+	+	-	-	+
/d/	+	+	-	+	-	+
/g/	+	+	-	-	+	+

Cada unidade assim descrita comporta pelo menos um traço em comum com as demais (no nosso exemplo são dois traços, oral e oclusivo) e também ao menos um traço que a diferencia do resto da série. Pelos mesmos princípios, é possível desvendar a composição das unidades de um campo lexical, e agora já estaremos situados no domínio da semântica. No lugar dos traços distintivos próprios da fonologia, introduziremos os traços distintivos próprios do conteúdo, isto é, os chamados *semas*. Observemos, para ilustrar, como estão formadas algumas unidades do campo lexical dos chapéus; na tabela a seguir, os lexemas estão dispostos em linhas e os semas que os compõem, em colunas:

	para cobrir a cabeça	com copa	com copa alta	com abas	com abas largas	com pala sobre os olhos	de matéria flexível	ajustável à cabeça	masculino
boné	+	+	-	-	-	+	+	+	+/-
gorro	+	+	-	-	-	-	+	+	+/-
sombreiro	+	+	-	+	+	-	+	-	+
panamá	+	+	-	+	-	-	+	-	+
cartola	+	+	+	+	-	-	+	-	+
coco	+	+	-	+	-	-	-	-	+
boina	+	+	-	-	-	-	+	-	+/-
quepe	+	+	-	-	-	+	-	-	+
chapelina	+	+	-	+	+/-	-	+	-	-

Já com um quadro parcial como esse, podemos perceber que tal tipo de descrição, denominada análise *componencial* ou *sêmica*, ordena da maneira mais explícita os conteúdos focalizados dentro de um campo lexical, pondo à mostra o que esses itens lexicais possuem em comum, bem como aquilo que faz a especificidade de uns e outros. Obviamente, esse método tem também suas limitações: traços como “de matéria flexível” e “com copa alta”, por exemplo, não se prestam bem a uma análise binária, sendo notoriamente uma questão de gradações ao longo de um eixo contínuo. A análise em termos de “presença (+) / ausência (-)” dos traços distintivos é na verdade um expediente útil para introduzirmos categorizações em grandes linhas, mas deve ser refinada com ajuda de ferramentas descritivas aptas ao processamento do contínuo. Tal discussão, contudo, ultrapassa os limites desta breve exposição.

Uma unidade lexical da língua portuguesa, escolhida arbitrariamente, vai nos ajudar a ilustrar esses rudimentos da análise sêmica do léxico: trata-se do lexema *faca*. Diremos, por brevidade e comodidade, que um lexema é uma entrada de dicionário. Definindo semema como um conjunto de semas, podemos afirmar que a cada lexema deve corresponder no mínimo um *semema*, ou seja, uma acepção aceita culturalmente, no âmbito da língua em apreço. É costume, nos dicionários, separar os diferentes sememas ou acepções de um mesmo lexema por números. Nesse raciocínio, o semema de “vaca” comporta os semas: boi + fêmea + adulto. Classificam-se diversos tipos de semas. Por exemplo, os lexemas pertencentes ao campo lexical dos assentos, de que o semanticista Bernard Pottier fez uma descrição hoje clássica, comportam semas funcionais (“para sentar-se”), morfológicos (“com/sem pés”, “com/sem encosto”), matéricos (“de matéria rígida”),

etc., podendo-se, por meio de suas combinações, estabelecer um quadro preciso das distinções entre lexemas como *cadeira, banco, poltrona, pufe* e outros. Esse tipo de análise introduziu, ainda nos anos 1960, uma série de princípios úteis para o desenvolvimento dos estudos semânticos posteriores. Vamos apresentar agora uma rápida aplicação desses princípios, indo da *faca* dos dicionários às facas de João Cabral de Melo Neto.

*Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa – Caldas Aulete, 5ª ed., 1964:*

**FACA**<sup>1</sup>, *s.f.* Instrumento cortante formado por uma lâmina curta de ferro ou aço e um cabo. [...]

*Aurélio:*

**FACA** 1. *S.f.* Instrumento cortante, contituído de lâmina e cabo.

*Michaelis - Moderno dicionário da língua portuguesa:*

**FACA** *sf* 1. Instrumento cortante formado por uma lâmina com gume engastada em um cabo. [...]

*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:*

<sup>1</sup>**FACA** *s.f.* (s. XV cf. Fich IVPM) 1. Instrumento constituído por lâmina cortante presa a um cabo; cuchila. [...]

Em todas essas definições, a faca é apresentada como um “instrumento”. Um instrumento, por seu turno, é

*Instrumento S. m.* 1. Objeto, em geral mais simples do que o aparelho, e que serve de agente mecânico na execução de qualquer trabalho [...] 2. *P. ext.* Qualquer objeto considerado em sua função ou utilidade. [...] (*Aurélio*)

*Instrumento s. m.* (1048 cf. JM) 1 Objeto simples ou constituído por várias peças, que se usa para executar uma obra, levar a efeito uma operação mecânica, fazer alguma observação ou mensuração (em geral trabalhos delicados e de precisão); dispositivo, apetrecho, ferramenta. 2 *p. ext.* Todo objeto que serve de ajuda para levar a efeito uma ação física qualquer. 3 *p. ext.* Qualquer objeto considerado em relação à sua função, ao uso que dele se faz; utensílio. [...] (*Houaiss*)

Isso situa, de início, a faca numa posição bem peculiar nessa qualidade de instrumento: podemos dizer que um instrumento está colocado entre a categoria dos objetos e a dos sujeitos, uma vez que, sem deixar de ser um “objeto”, segundo os dicionários, ele atua como um meio para fazer algo; ora, o fazer não é visto culturalmente como atributo dos objetos, mas dos sujeitos. Um instrumento é um adjuvante da ação. Essa posição intermediária ocupada por ele permite vê-lo ora mais como objeto, ora mais como sujeito. Há uma diferença de “agentividade” entre instrumentos de tipos distintos. O que decidirá se um determinado instrumento vai aparecer mais com feições de sujeito ou de objeto é o discurso que o

puser em cena, já que, ao ser empregada num determinado texto, uma unidade lingüística qualquer sofre sempre algumas especificações. Na passagem do sistema virtual da língua ao processo de seu uso discursivo, uma unidade, por exemplo, uma palavra, sofre simultaneamente duas transformações:

- (i) uma mobilização desigual dos semas contidos em seu semema, pois a atualização em discurso corresponde a uma seleção dos semas que ganharão destaque no texto em pauta;
- (ii) o núcleo sêmico – o conjunto daqueles semas já reconhecidos nas definições dos dicionários – é acrescido de semas contextuais.

Somados, esses dois fenômenos produzirão um efeito de relevo ou de perspectiva, projetando semantismos de “primeiro plano” e semantismos de “planos secundários”, num dispositivo comparável aos processos perceptivos de que se ocupa a psicologia da *Gestalt* (forma-fundo). Assim, num catálogo de facas de colecionador, projetadas por *designers* e vendidas como peças de joalheria, essas podem ser apresentadas como objetos de fruição estética – pelos materiais de que são feitas, pelas linhas de seu perfil, etc. – ou de evocação de modelos marcados pelo tempo (históricos) ou pelo espaço (exóticos); nesses casos, não será tanto pelo que permite fazer, mas sobretudo pelo seu próprio “ser” que será avaliada esta ou aquela peça: valor de troca, mais do que valor de uso, e isso demonstra que estamos lidando com os limites da definição de faca, pois como conceberíamos um “instrumento” que não serve para ser usado? Em outras palavras, um utensílio não-utilitário? Bem outros já serão os valores em foco, obviamente, num catálogo de facas para sobrevivência na selva ou para uso militar.

Do que acabamos de dizer decorre que a linguagem, longe de precisar atrelar-se a algum referente-coisa do mundo, cria por si própria um mundo para o homem, que é o mundo do sentido. Nesse mundo, estamos às voltas não com um “real” único e ontológico, mas com um número variável de *realizados* (grandezas de linguagem historicamente atestadas em discurso) e de *realizáveis* (grandezas calculáveis mas não necessariamente presentes em discurso), para usarmos os termos de Hjelmslev. É por isso que, ainda no século XVIII, Georg Christoph Lichtenberg pode brincar, sem se machucar, com imagens como a de “uma faca sem lâmina, à qual falta o cabo”. Mesmo que pareça insólito, esse objeto não é semanticamente equivalente a “nada”: não se trata de ir buscar o referente, a coisa em si, mas as significações realizáveis dessa expressão, as quais incluem os semas “instrumento”, “cortante”, “com lâmina”, “com cabo”. Pela mesma razão, “por mais que a ‘flecha’ tenha desaparecido das armas modernas, ‘ela continua a ferir’”, conforme bem colocou Italo Calvino (citado por Denis Bertrand em seus *Caminhos da semiótica literária*, cap. 5). Nenhuma dessas discursivizações da faca ou da flecha exige, para ser interpretada, que verifiquemos a existência “real” da coisa no mundo: independentemente disso, seus efeitos de sentido nos tocam, pedindo interpretações, e é o que importa.



Nesse texto, o semema de *faca* é acrescido de certos semas contextuais, como “faminta” e “com dente(s)”; este lhe empresta uma característica morfológica de animal e aquele, uma intencionalidade rudimentar, também animal, representada pela fome. Essa fome – no poema a seguir será a vez da *sede* da *peixeira* – faz já desse vento-faca um sujeito, um sujeito ainda não humano, mas já animado e mostrado também como macho e agressivo (cortante), empenhado em buscar algum objeto para saciar-se. Os principais elementos figurativos presentes nesse texto (Zona da Mata, Agreste, Sertão, *peixeiras*, *punhais*) são postos em cena de maneira mais extensa no segundo poema, “As facas pernambucanas”. A associação observada na “Escola das facas” entre *faca* e *ar*, mediante sua especificação pelo vento, cederá lugar, no próximo texto, a ligações entre as facas e dois outros elementos da natureza, a *água* no caso da *peixeira* e o *fogo*, no do *punhal*.

*As facas pernambucanas*

O Brasil, qualquer Brasil,  
quando fala do Nordeste,  
fala da *peixeira*, chave  
de sua *sede* e de sua febre.

Mas não só praia é o Nordeste,  
ou o Litoral da *peixeira*:  
também é o Sertão, o Agreste  
sem rios, sem peixes, pesca.

No Agreste, e Sertão, a *faca*  
não é a *peixeira*: lá,  
se ignora até a carne peixe,  
doce e sensual de cortar.

Não dá peixes que a *peixeira*,  
docemente corte em postas:  
cavalas, perna-de-moça,  
carapebas, serras, ciobas.

Lá no Agreste e no Sertão  
é outra a *faca* que se usa:  
é menos que de cortar,  
é uma *faca* que perfura.

O couro, a carne-de-sol,  
não falam língua de cais:  
de cegar qualquer *peixeira*  
a sola em couro é capaz.

Esse *punhal* do Pajeú,  
*faca-de-ponta* só ponta,  
nada possui da *peixeira*:  
ela é esguia e lacônica.

Se a *peixeira* corta e conta,  
o *punhal* do Pajeú, reto,  
quase mais bala que *faca*,  
fala em objeto direto.

J. C. de Melo Neto – *A escola das facas* (1975-1980), in: *A educação pela pedra e depois*. (1997) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 117-118.

Novas especificações do semema de *faca* se observam nesse poema. Subdividem-se agora claramente os tipos de facas pernambucanas, numa categorização orientada da costa para o interior. A *faca* pernambucana do litoral é a *peixeira*, apresentada com os semas “de cortar” e (especificação suplementar) “para cortar peixes”. Uma vez que a carne do peixe está assinalada como “doce e sensual de cortar”, os semas “doce” e “sensual” passam a compor, metonimicamente, o semema da *peixeira*. Contrapõe-se à região costeira um conjunto composto por “Agreste + Sertão”, conjunto que se destaca pela privação tanto pragmática, material (“sem rios, sem peixes, pesca”) quanto cognitiva (“lá, se ignora até a carne peixe, doce e sensual de cortar”). O *punhal* dessa região é dado, no texto, como

uma faca destituída da capacidade de cortar, pois seu semema exclui o “de cortar” para incluir outra especificação sêmica, “de perfurar”. Também esta faca do Sertão + Agreste está marcada pela metonímia com figuras materiais da civilização típica da região, o couro e a carne-de-sol. Desses, o couro é mostrado como obstáculo a toda ação da peixeira. Ao darmos mais um passo na abstração, notaremos que a peixeira cumpre aí um papel de sujeito. Com efeito, a posição sintática das facas evolui. A peixeira surge como “algo de que o Brasil fala” e depois passa a *fazer* coisas; o punhal surge como “outra faca que se usa”, mas depois passa também à posição de sujeito das orações. O couro é o anti-sujeito contraposto à peixeira, que não somente é invulnerável à ação dessa faca litorânea, como ainda pode tirar-lhe todo corte, privando-a de seu poder de ação. A não ser pela sua condição comum de facas, o punhal e a peixeira contrapõem-se em tudo na encenação do texto (“Esse punhal do Pajeú, / faca-de-ponta só ponta, / *nada possui* da peixeira”). A partir da transformação da “outra faca” em “punhal”, entra em pauta uma nova oposição: a faca litorânea é do gênero feminino, contrariamente ao punhal sertanejo, do gênero masculino. Daí por diante, passam a motivar-se pela oposição cultural entre o masculino e o feminino.

A peixeira ganha, com aquela metonímia do “doce e sensual” da carne do peixe, algo de desacelerado, sendo essa desaceleração aquilo que permite a essa faca, além de cortar, contar. Esse “contar” admite ao menos duas leituras: (i) contar (enumerar) as postas de peixe que a peixeira vai cortando; (ii) contar (narrar) uma história. Tanto uma operação como outra exigem um certo tempo, uma certa duração. Duas acepções provenientes do mesmo étimo, lat. *computare*. Em contraposição, o punhal do Pajeú é dito “reto” e “quase mais bala que faca”, ele tem a rapidez da linha reta (a menor distância entre dois pontos) e da bala disparada pelas armas de fogo. Entra aí também novo traço no semema do punhal, um traço /fogo/, por intermédio dessa bala, que repercute aquele “sol” da carne-de-sol. Esse fogo vem fazer contrapeso à /água/, metonimizada na peixeira. Graficamente:

<i>Peixeira</i>	<i>Punhal</i>
- de cortar	- de perfurar
- a lâmina	- a ponta
- metonímia: a carne “doce e sensual” do peixe, ligada à água do mar	- metonímia: a carne-de-sol, ou seja, carne /seca/; o fogo
- feminina	- metonímia: o couro e sua dureza/, por oposição à /doçura/ da carne do peixe
- duração	- masculino
	- instantaneidade

Nosso percurso das facas dicionarizadas às facas de João Cabral permitiu-nos apreender, já nessa análise abreviada, algumas das transformações por que passa o semantismo das palavras, por ocasião de seu emprego em discurso. A incorporação de traços semânticos provenientes do contexto é processo observável a cada novo uso discursivo, alterando parcialmente a identidade das acepções das unidades de que se trata. Não significa que a passagem ao discurso implique um abandono completo das acepções dicionarizadas: significa sua transformação parcial, no interior de limites aceitos intersubjetivamente pelos falantes da língua focalizada.

### 3. Há um grau zero da linguagem?

A idéia de que existe um referente para as palavras encontra ecos na concepção de que há um grau zero da linguagem. Nesse nível de realização, a linguagem deve referir-se às “coisas” objetivamente, ou seja, por meio de denotações, de modo que há uma relação direta entre as palavras e elas. Além do mais, o discurso deve relatar os acontecimentos em ordem cronológica. As frases devem ser escritas em ordem direta. Nesse ponto de vista, em grau zero, a linguagem reflete o mundo objetivo. Contudo, se há uma ordem direta, há também um tipo de linguagem em que pode haver desvios dessa ordem. Essa linguagem desviada é a chamada linguagem figurada, ou seja, conotativa. Assim, aprende-se que há uma linguagem própria, utilizada nos discursos científico, filosófico e jornalístico, por exemplo, e uma linguagem figurada, utilizada nos discursos poéticos. A linguagem própria ganha, desse modo, o estatuto de verdadeira e objetiva e a figurada, o estatuto de inventada e subjetiva.

Nesse ponto de vista, o grau zero retrata o mundo das coisas como um reflexo seu e o sentido emana delas. Ora, no ponto de vista de Saussure e de Hjelmslev, essas considerações precisam ser revistas. Se é da linguagem que emana o sentido, é a partir de mecanismos de linguagem que se constrói efeitos de sentido tanto de denotação quanto de conotação. Assim, a linguagem produz efeitos de sentido e não é reflexo das coisas. Já vimos no primeiro volume que tanto a denotação quanto a conotação são construções discursivas. É no discurso que se constroem metáforas, metonímias, etc.

### 4. As relações entre as palavras

As palavras são definidas umas em relação às outras. Por isso, na própria estruturação do sistema lexical, elas estabelecem diversos tipos de relações entre si. Vamos examinar seis dessas relações: a sinonímia, a antonímia, a hiperonímia/hiponímia, a homonímia, a paronomásia e a polissemia.

## A sinonímia

Dois termos são chamados sinônimos, quando apresentam a possibilidade de se substituir um ao outro em determinado contexto. “Novo” é “sinônimo de “jovem”, porque, no contexto *homem novo*, pode ser substituído por “jovem”. No entanto, não existem sinônimos perfeitos, a não ser nas terminologias (por exemplo, em botânica, o nome científico de uma planta e seu nome popular), porque eles não são intercambiáveis em todos os contextos. Na expressão *livro novo*, não se pode substituir a palavra “novo” por “jovem”. Mesmo quando os termos podem substituir-se no mesmo contexto, eles não são sinônimos perfeitos porque as condições de emprego discursivo são distintas: um apresenta mais intensidade do que o outro (por exemplo: adorar/amar); um implica aprovação ou censura, enquanto o outro é neutro (por exemplo: beato/religioso); um pertence a uma linguagem considerada vulgar, enquanto o outro não (por exemplo: trepar/fazer amor); um pertence a uma variedade de língua antiga ou muito nova e outro não (por exemplo: avença/acordo); um pertence a um falar regional e outro não (por exemplo: fifó/lamparina); um pertence à linguagem técnica, enquanto outro pertence à fala geral (por exemplo: escabiose/sarna); um pertence à fala coloquial e outro não (por exemplo: jamegão/assinatura); um é considerado de um nível de língua mais elevado do que o outro (por exemplo: rórico/orvalhado), etc.

No discurso, o enunciador pode tornar sinônimas palavras ou expressões que em outro contexto não o são. Por exemplo, o discurso político e econômico cria sinônimos, para substituir palavras ou expressões que têm uma carga negativa. Diz-se, então, “compressão das despesas de custeio” no lugar de “arrocho salarial do funcionalismo”; “excitação altista dos preços” em vez de “inflação”; “desaquecimento da economia” em lugar de “recessão”.

Por outro lado, o discurso pode desfazer sinonímias. As palavras *belo*, *sublime* e *bonito*, por exemplo, podem perfeitamente ser usadas no mesmo contexto. No entanto, muitos são aqueles que, ao discuti-las como conceitos estéticos, definem diferenças que determinam aplicações específicas para cada uma delas. O texto que segue faz parte de um manual de introdução ao estudo da filosofia:

O Belo decorre do equilíbrio resultante da perfeita combinação de todos os elementos esteticamente relevantes.

O Sublime nasce da exacerbação do Belo. Ele é alcançado, segundo Kant, quando ao Belo aliam-se elementos que trazem à consciência certa idéia de infinito. Há nesta categoria uma grandiosidade que ultrapassa a dimensão humana.

O Bonito é a forma diminuída do Belo; é o apoucamento do Belo. Não alcança a harmonia e a realização cabal deste.

Antônio Xavier Teles – *Introdução ao estudo da filosofia*. (1974) São Paulo, Ática, p. 113.

As diferenças entre as três palavras são feitas no discurso, o que quer dizer que elas podem ser desfeitas por meio dele.

## A antonímia

Na antonímia dá-se o contrário da sinonímia. Nela, significados contrários são realizados por meio do léxico. Bonito vs. feio, alto vs. baixo, pequeno vs. grande, etc. são palavras antônimas. Assim como não existe semelhança total de sentido entre sinônimos, não há oposição absoluta entre antônimos. Palavras diferentes podem ter um mesmo antônimo, desde que tenham ao menos um sentido em comum: “fresco” e “jovem” têm o antônimo “velho”, porque “fresco” significa, quando se refere a alimentos, “que acabou de ser preparado, novo”. Por isso, usam-se as expressões *pão fresco* e *pão velho*. Uma só e mesma palavra pode ter tantos antônimos quantos forem seus significados: “preto” opõe-se a “colorido” em *TV em branco e preto*, a “mais claro em seu gênero” em *pão preto*, a limpo em *tinha as unhas pretas*, etc.; “negro” opõe-se a “destinado ao bem” em *magia negra*, a “legal” em *mercado negro*, etc.

Há antônimos que expressam oposições polares: dar vs. receber; morto vs. vivo; comprar vs. vender. Outros definem os limites de um contínuo que, por sua vez, pode ser recortado por gradações: rico vs. pobre (pode-se ter mais ou menos rico, mais ou menos pobre).

A aplicação desses antônimos sujeitos a gradação depende do ponto de vista colocado em discurso. Tomando como exemplo o eixo da magnitude das coisas, vê-se que ele está organizado em torno de *pequeno vs. grande*. O tamanho das “coisas”, no entanto, depende do enunciador que as avalia em seu discurso, pois é a partir de sua percepção que as palavras antônimas determinadas sobre o eixo *pequeno vs. grande* estabelecem um critério de avaliação. O que é grande, de um ponto de vista, pode ser pequeno, de outro.

Na obra *Viagem ao centro da Terra*, de Júlio Verne, Axel, o jovem assistente do professor Lidenbrock, é obrigado a subir no campanário na igreja de Vor Frelsers Kirke, em Copenhague. A obrigação é uma aula, seu professor o expõe às alturas para tomar lições de abismo. Mais tarde, quando chegam na Islândia e escalam o vulcão Sneffels, é isto o que ele aprendeu em suas lições (Verne, 1999: 93-94):

Eu ocupava o cume de um dos dois picos do Sneffels, o do sul. Dali, minha visão alcançava a maior parte da ilha. A ótica, comum a todas as grandes altitudes, destacava os contornos, enquanto as partes centrais pareciam afundar. Eu diria que um desses mapas de relevo de Helbesmer estava aberto a meus pés. Via os vales profundos cruzarem-se em todos os sentidos, os precipícios abrirem-se como poços, os lagos transformarem-se em charcos, os rios tornarem-se córregos.

Júlio Verne – *Viagem ao centro da Terra*. (1999) São Paulo, Ática, p. 93-94.

Sobre o Vulcão, para Axel os precipícios são vistos como poços, os lagos, como charcos e os rios, como córregos. Sua percepção das “coisas” é alterada pelas alturas, de modo que o eixo *pequeno vs. grande* orienta as transformações de seu ponto de vista. Essa relação de magnitude, estabelecida entre os contrários

*grande vs. pequeno*, faz com que as palavras *precipício* e *poço*, *lago* e *charco*, e *rio* e *córrego* sejam tomadas, no discurso de Axel, na mesma relação antonímica que está estabelecida entre os termos *grande* e *pequeno* do eixo semântico que orientou a sua percepção. Como se vê, o discurso estabelece antônimos. Pode ele também desfazê-los, ao criar novos significados para as palavras. Na frase *Uma voz quente* (= sensual, vibrante) *deixa Maria gelada* (= paralisada), os sentidos de “quente” e “gelada” fazem com que eles não sejam antônimos nesse contexto.

## A hiperonímia e a hiponímia

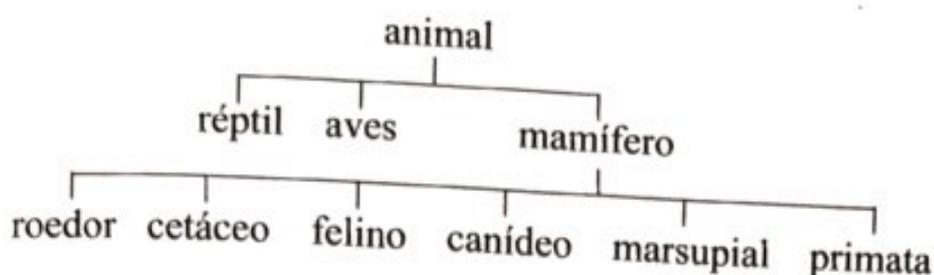
A hiperonímia e a hiponímia são fenômenos derivados das disposições hierárquicas de classificação próprias do sistema lexical. Há significados que, pelo seu domínio semântico, englobam outros significados menos abrangentes. Na taxionomia animal, por exemplo, *mamífero* engloba *felino*, *canídeo*, *roedor*, *primata*, etc.

O semema da palavra *animal* tem um domínio semântico muito abrangente. A palavra *animal* opõe-se às palavras *vegetal* e *mineral* no critério de classificação das “coisas” do mundo. *Animal* e *vegetal* opõem-se a *mineral* pela presença do sema /vivo/, e opõem-se entre si porque *animal* tem o sema /capaz de locomoção/ e *vegetal*, não.

	vivo	capaz de locomoção
animal	+	+
vegetal	+	-
mineral	-	-

No discurso da taxionomia animal das ciências biológicas, a presença de coluna vertebral, de glândulas mamárias, etc., é convertida em semas que, ao serem convocados para compor o semema de um de seus termos técnicos, diminuem os domínios de seu campo semântico. O semema de *animal* é abrangente porque é formado por menos semas que a palavra *mamífero* que, além dos semas /vivo/ e /capaz de locomoção/, tem o sema /com glândulas mamárias/, utilizado para opor os animais mamíferos aos demais. Dentre os mamíferos, por sua vez, outros semas são estabelecidos para especificar ainda mais a classificação animal, dividindo-os entre roedores, cetáceos, felinos, canídeos, marsupiais, etc. Esse modo de classificar o mundo envolve um adensamento de semas, de modo que a quantidade de semas é inversamente proporcional à extensão do sentido da palavra: quanto mais semas, mais específica é a sua aplicação e vice-versa.

Essa disposição sêmica permite que se construa uma árvore de classificação, que coloca os termos com menos semas no alto e os termos com mais semas, embaixo:



Nesse tipo de disposição hierárquica, há uma relação entre significados englobantes e englobados de acordo com o domínio semântico da cada termo da classificação. O significado de *animal* é englobante dos significados de *réptil*, *aves* e *mamíferos*, cujos significados são englobados por ele. O significado de *mamífero*, por seu vez, é englobante em relação aos significados de *roedor*, *cetáceo*, *felino*, *canídeo*, *marsupial* e *primata*, seus englobados. O termo englobante é chamado hiperônimo dos demais e, os englobados, hipônimos seus. Ser um ou outro depende de como é enfocada a sua posição na taxionomia, pois *mamífero* é hiperônimo de *primata* mas é hipônimo de *animal*.

Essa categorização sêmica é também construída pelo discurso. Esse critério de classificação taxionômica é baseado no enfoque dado a determinadas características animais e na exclusão de outras. A entomologia, recentemente, tem optado por classificar os insetos de acordo com o formato de seus pênis, abrindo mão, assim, do antigo critério baseado em outras partes do corpo, como o formato das asas ou do exoesqueleto.

No entanto, mesmo mudando os critérios de classificação pela especificação de outros semas, uma hierarquia entre termos *englobantes vs. englobados* é articulada, e as definições de hiperonímia e hiponímia dependem dessa relação de englobamento.

## A homonímia

A homonímia resulta da coincidência entre significantes de palavras com significados distintos. Entre *manga* fruta e *manga* da camisa há apenas uma coincidência entre imagens acústicas iguais. Geralmente, a explicação desse fenômeno é diacrônica. Certas palavras com significantes e significados distintos nas línguas de partida terminam por apresentar o mesmo significante na língua de chegada.

A *manga* da camisa tem sua origem no latim *manica*, que quer dizer “parte da vestimenta que recobre os braços”, já a *manga* fruta tem sua origem no tâmul *man-kay*, que quer dizer “fruto da mangueira”. Ambas têm origens distintas, com significados e significantes diferentes. No entanto, a partir de uma sonorização que transforma o fonema /k/ em /g/, em português elas passam a ter significantes idênticos.

## A paronomásia

Na paronomásia, significantes com imagens acústicas semelhantes podem ter seus significados aproximados em um engenho poético ou em um equívoco de vocabulário. Confundir *retificar* com *ratificar* é comum devido à semelhança entre os significantes, embora os significados sejam contrários. Já *gritar*, *grifar*, *grafar* e *gravar* não se confundem, nem *escravo* e *escrevo*, mas nos versos do poema *Greve*, de Augusto de Campos, a semelhança entre os significantes é utilizada para reforçar uma aproximação entre os significados.

arte longa vida breve  
 escravo se não escreve  
 escreve só não descreve  
 grita grifa grafa grava  
 uma única palavra  
 greve

Augusto de Campos – *Poesia*. (1979) São Paulo, Duas Cidades, p. 109.

As palavras *gritar*, *grifar*, *grafar* e *gravar* não se relacionam, por seus sentidos, com a palavra *greve*, nem a palavra *escravo* se relaciona com a palavra *escrevo*. A palavra *gritar* pertence ao campo semântico dos sons, as palavras *grifar* e *grafar*, ao campo semântico da escrita, e a palavra *gravar*, a ambos os campos. O poema *Greve* tematiza a atitude política de paralisar o trabalho, em sinal de protesto, quando não há condições aceitáveis para realizá-lo, e um dos modos de atuação em uma greve é divulgá-la por meio da palavra, gritada em megafones, ou por meio de comunicados escritos ou gravados. Desse modo, os significados de *gritar*, *grifar*, *grafar*, *gravar* e *greve*, aproximados pelo discurso dos versos do poema, têm seus significantes aproximados em paronomásias. Primeiro, *gritar* e *grifar* pela permutação do fonema /t/ em /f/; em seguida, *grifar* e *grafar* pela permutação do fonema /i/ em /a/; depois, *grafar* e *gravar* pela permutação do fonema /f/ em /v/; e, finalmente, *gravar* e *greve* pela permutação do fonema /a/ em /e/ e pela perda do /r/ no final de *gravar*.

O mesmo se dá com as palavras *escravo* e *escrevo*. A palavra *escravo* pertence ao campo semântico dos regimes de trabalho e *escrevo*, ao campo semântico da escrita. Uma das formas de denunciar um trabalho mal remunerado, capaz de motivar a deflagração de uma greve, é denunciá-lo como um trabalho escravo. Como o campo semântico da escrita já está realizado no poema por meio das palavras *grifar*, *grafar* e *gravar*, a denúncia da comparação do trabalho com a escravidão pode ser relacionada com sua expressão por meio da escrita, fruto do fazer *escrever*. Desse modo, com os significados de *escravo* e *escrevo* aproximados pelo tema da greve, constrói-se outra paronomásia.

## A polissemia

Tanto a homonímia quanto a paronomásia são fenômenos da ordem do significante. A homonímia entre a *manga* da camisa e a *manga* fruta, bem como a paronomásia entre *escravo* e *escrevo* dizem respeito, respectivamente, a identidades e semelhanças entre suas imagens acústicas. Os próprios termos técnicos são cunhados referindo-se aos significantes, *homónymos*, do grego, quer dizer “que tem o mesmo nome”, e *parónymos*, também do grego, quer dizer “nome próximo de outros”.

Quando se utiliza o termo polissemia, o critério de definição muda do significante para o significado. Assim, palavras polissêmicas, que possuem mais de um significado para o mesmo significante, opõem-se às palavras monossêmicas, que possuem apenas um. Na polissemia, a um único significante correspondem vários significados: por exemplo, ao significante *vela* correspondem os significados “objeto para iluminação formado de um pavio constituído de fios entrelaçados, recoberto de cera ou estearina”; “peça que causa a ignição dos motores”; “pano que, com o vento, impele as embarcações”, etc.

A polissemia e a monossemeia estão relacionadas ao uso discursivo que se faz de uma mesma palavra. Em geral, são os vocabulários técnicos que, por meio de definições construídas em seus discursos, operam modificações sêmicas que transformam palavras polissêmicas em monossêmicas. No discurso jurídico, *roubo* opõe-se a *furto* porque o primeiro é cometido mediante intimidação por parte do assaltante, já o segundo, não; nele o assaltado é espoliado sem saber. No vocabulário coloquial, ambas as palavras são usadas apenas com o sentido de “tomar para si algo que pertence a outrem”. O direito, em sua necessidade de definir dois tipos diferentes de crime para aplicar diferentes penalidades, operou em seu discurso uma redução do campo semântico das duas palavras utilizando o sema /com intimidação/ para fazer a distinção necessária. Assim, elas são transformadas em duas palavras monossêmicas com significados específicos no discurso jurídico. No discurso coloquial, ambas podem ser usadas como sinônimas, já que são intercambiáveis nos mesmos contextos. No discurso jurídico, não; nele elas não são sinônimas.

A polissemia está na base de inúmeros jogos de palavras.

a) Qual é a diferença entre o estudante e o rio?

O estudante deve deixar seu leito para seguir seu curso, enquanto o rio segue seu curso sem deixar seu leito.

b) Qual é o cúmulo da covardia?

Recuar diante de um relógio que adianta.

Pode-se explorar a polissemia, usando a mesma palavra com sentido diferente. Um exemplo é a conhecida frase de Pascal: *O coração tem razões (= motivações, motivos) que a própria razão (= faculdade de julgar, de raciocinar) desconhece.*



2) A partir das palavras e dos semas dados, construa o campo semântico especificado, repetindo os mesmos procedimentos do exercício anterior.

- campo semântico: *verbos de cozinhar* (adaptado de Vilela, 1979:143-144)
- palavras: cozinhar, ferver, cozer, assar, grelhar, torrar, tostar, fritar, estufar, escalfar, refogar e guisar.
- semas: ação de preparar alimentos
  - por ação do fogo
  - utilizando água
  - utilizando gordura
  - fogo direto
  - com utensílio especial
  - para o alimento ovo
  - para os alimentos carne e peixe
  - para o alimento legume
  - para o alimento pão
- campo semântico: *som* (adaptado de Vilela, 1979:145-146)
- palavras: som, ruído, eco, tom, timbre, estrondo, detonação, estalido, estampido, grito, clamor
- semas: algo audível
  - contínuo
  - refletido
  - homogêneo
  - agudo
  - musical
  - intensivado
  - por seres vivos
  - localizado

3) As palavras *espírito* e *alma* são geralmente usadas como sinônimas. Verifique se na citação abaixo, extraídas do livro *A grande tríade*, de René Guénon, é possível manter essa relação entre elas, justificando sua resposta por meio de uma análise sêmica.

Pode-se ainda formular a pergunta: como é possível que, apesar da falta de simetria que apontamos entre eles, o espírito e a alma sejam, no entanto, tomados às vezes, de certo modo, como complementares, sendo então o espírito considerado em geral como princípio masculino e a alma como princípio feminino? que, sendo o espírito o que, na manifestação, está mais próximo do pólo essencial, a alma se acha, em relação a ele, do lado substancial; assim, um em relação ao outro, o espírito é *yang* e a alma *yin*, e é por isso que eles são muitas vezes simbolizados, respectivamente, pelo Sol e a Lua. Isso pode, além disso, justificar-se ainda de modo mais completo, dizendo-se que o espírito é a luz emanada diretamente do Princípio, enquanto a alma apresenta apenas um reflexo dessa luz.

4) A partir da citação do exercício 3, mostre como a polissemia das palavras *espírito* e *alma* foi transformada em monossímia no discurso religioso de René Guénon. Use a análise sêmica para justificar sua resposta.

5) As palavras *lixo* e *luxo* pertencem a campos semânticos contrários, no entanto, o poeta Augusto de Campos utiliza a permutação dos fonemas /i/ e /u/ para construir uma paronomásia em seu poema concreto *Luxo*. Analise o tema discursivizado e mostre como essa aproximação é realizada no texto do poema.

LUXO	LUXO	LUXO	LUXO	LUXO LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXO	LUXO	LUXO LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXO LUXO	LUXO	LUXO LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXOXO	LUXO	LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXO	LUXO	LUXO LUXO
LUXO	LUXO	LUXOXO	LUXO	LUXO LUXO
LUXO LUXO	LUXO	LUXO LUXO	LUXO LUXO	LUXO LUXO LUXO
LUXO LUXO	LUXO	LUXO LUXO	LUXO LUXO	LUXO LUXO LUXO
LUXO LUXO	LUXO	LUXO LUXO	LUXO LUXO	LUXO LUXO LUXO

Augusto de Campos - *Poesia*. (1979) São Paulo, Duas Cidades, p. 119.

6) A palavra *são*, a terceira pessoa do plural do presente do indicativo do verbo *ser*, a palavra *são*, com o sentido de sadio, e a palavra *são*, com sentido de santo, são homônimas. Consultando o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, demonstre essa homonímia por meio de uma análise etimológica.

7) Em seu texto *A sistemática das isotopias* (Greimas, 1975: 96-125), François Rastier analisa o poema *Salut*, de Mallarmé, mostrando as metáforas construídas no discurso do poema em torno dos temas do brinde e da navegação. Demonstre como isso pode ser feito a partir da tradução de Augusto de Campos do mesmo poema. Utilize as palavras destacadas em itálico para sua demonstração.

Nada, esta *espuma*, virgem verso  
A não designar mais que a copa;  
Ao longe se afoga uma tropa  
De sereias vária ao inverso.

Navegamos, ó meus fraternos  
Amigos, eu já sobre a *popa*  
Vós a *proa* em pompa que topa  
A onda de raios e de invernos;

Uma *embriaguez* me faz arauto,  
Sem medo ao *jogo do mar alto*,  
Para erguer, de pé, este brinde.

Solitude, recife, estrela  
A não importa o que há no fim de  
Um branco afã de nossa vela.

Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos - *Mallarmé*. (1991) São Paulo, Perspectiva, p. 33.

## Bibliografia

- BERTRAND, Denis – *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Grupo CASA. Bauru, SP, EDUSC, 2002.
- GREIMAS, Algirdas Julien – *Semântica estrutural*. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1976.
- GREIMAS, A. J. e outros (1975). *Ensaio de semiótica poética*. São Paulo, Cultrix.
- HELMSEV, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo, Perspectiva.
- PARRET, Herman (1987). "Lettre sur les passions". *Versus*, 47-48, maio-dezembro de 1987, n. 2, p. 16.
- POTTIER, B. (1992). *Sémantique générale*. Paris, PUF.
- RASTIER, F. (1990). "La triade sémiotique, le *trivium* et la sémantique linguistique". *Nouveaux Actes Sémiotiques*, 9.
- \_\_\_\_\_/s/d. "De la signification au sens: pour une sémiotique sans ontologie". Ensaio disponível em [www.revue-texto.net](http://www.revue-texto.net). Acesso: maio/2002.
- VILELA, M. (1979). *Estruturas léxicas do português*. Coimbra, Almedina.

## Sugestões de leitura

BERTRAND, Denis – *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Grupo CASA. Bauru, SP, EDUSC, 2002.

Bom roteiro para iniciação, não apenas à abordagem semiótica da literatura, como também a uma série de questões semânticas mais gerais e à transição histórica entre a semântica estrutural da palavra e a semiótica do discurso. Destaque para os capítulos 1, "Percurso do método", e 5, "Acesso à figuratividade".

GREIMAS, Algirdas Julien – *Semântica estrutural*. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1976.

Obra fundadora do que mais tarde viria a chamar-se "Escola semiótica de Paris", e na qual o pensador lituano, após uma discussão sobre a significação dos lexe-mas, encaminha a reflexão para a integração da semântica lexical numa teoria do sentido situada na dimensão do discurso. Reavaliações constantes viriam a trazer, nas décadas seguintes, muitas mudanças à teoria greimasiana, mas esse livro, publicado pela primeira vez em 1966, continua a valer como um clássico.

VILELA, Mário – *Estruturas léxicas do português*. Coimbra, Almedina, 1979.

Esse livro trata da análise sêmica aplicada à língua portuguesa. Nos dois primeiros capítulos, há uma exposição teórica em que se define léxico e o modo de analisá-lo de acordo com o estruturalismo europeu e norte-americano. Em seguida, dezesseis campos semânticos são analisados de acordo com a teoria dos semas. Escrita em uma linguagem clara, a obra é uma boa introdução a esse modelo de análise semântica, principalmente pelas aplicações da teoria em campos semânticos específicos.